

POLÍTICA DE INCENTIVOS FISCAIS E A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA PÓS-COVID-19

Wyllguener Oliveira, Lilian Pires, Ana Laura Cruz, Jamile Gonçalves Calissi, e-mail:
wyllgueneroliveira@gmail.com

RESUMO

A pandemia de COVID-19 trouxe desafios sem precedentes para as economias globais, exigindo respostas rápidas e eficazes por parte dos governos. Entre as medidas adotadas, a política de incentivos fiscais se destacou como uma ferramenta crucial para impulsionar a recuperação econômica. Este artigo analisa como esses incentivos podem contribuir para a revitalização econômica em um cenário pós-pandemia. **Introdução:** A crise provocada pela COVID-19 resultou em uma recessão econômica global, com impactos severos em diversos setores. Em resposta, muitos países implementaram políticas fiscais que visavam não apenas mitigar os efeitos imediatos da crise, mas também fomentar uma recuperação sustentável. Os incentivos fiscais surgem como uma estratégia importante para estimular o consumo, preservar empregos e incentivar investimentos. **Objetivo:** é analisar como as políticas de incentivos fiscais podem ser utilizadas como uma ferramenta eficaz para a recuperação econômica em um cenário pós-pandemia de COVID-19. O texto discute a importância dessas medidas na mitigação dos impactos econômicos da crise, destacando exemplos práticos de programas implementados em diferentes países, como o Brasil. Além disso, enfatiza a necessidade de direcionar os incentivos para áreas que promovam inovação e sustentabilidade, ao mesmo tempo em que alerta para a importância de uma gestão fiscal responsável para evitar déficits orçamentários. **Discussão:** Os incentivos fiscais podem ser definidos como reduções ou isenções tributárias concedidas pelo governo com o objetivo de estimular determinadas atividades econômicas. Durante a pandemia, muitos países adotaram medidas como a suspensão temporária de impostos, créditos fiscais para empresas que mantinham funcionários e subsídios diretos para setores mais afetados, como turismo e comércio. Essas políticas têm demonstrado eficácia em curto prazo, ajudando a estabilizar o mercado de trabalho e a incentivar o consumo. Por exemplo, no Brasil, o programa "Lei Aldir Blanc" destinou recursos significativos ao setor cultural, enquanto o "Pronampe" (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) ofereceu linhas de crédito com condições favoráveis. Entretanto, é fundamental que essas políticas sejam acompanhadas por uma gestão fiscal responsável. A concessão indiscriminada de incentivos pode levar a déficits orçamentários significativos e comprometer a capacidade do governo de investir em outras áreas essenciais, como saúde e educação. Portanto, a avaliação contínua da eficácia dos incentivos é crucial para garantir que eles cumpram seus objetivos sem gerar consequências negativas a longo prazo. **Conclusão:** A política de incentivos fiscais representa uma ferramenta poderosa na recuperação econômica pós-COVID-19. Quando implementadas de forma estratégica e responsável, essas medidas podem estimular o crescimento econômico, proteger empregos e promover inovações sustentáveis. No entanto, é necessário um equilíbrio cuidadoso entre estímulos imediatos e a saúde fiscal do país. O sucesso dessas políticas dependerá da

colaboração entre governos, setor privado e sociedade civil na construção de um futuro econômico mais resiliente e inclusivo.

PALAVRAS-CHAVE: INCENTIVOS FISCAIS. RECUPERAÇÃO ECONÔMICA.
COVID-19. SUSTENTABILIDADE. POLÍTICAS PÚBLICAS.